

EDUCAÇÃO

ROSE NEUBAUER E ANDRÉ MEDICI

Abaixo do padrão

A educação em São Paulo encontra-se diante de um duplo desafio: aumentar a escolaridade da população infanto-juvenil, democratizando o acesso de todos ao primeiro e segundo graus, e promover uma revolução administrativa no sistema escolar, tornando a escola um instrumento de fácil acesso, baixo custo e alta produtividade em termos de eficiência e qualidade. É verdade que hoje as taxas de escolaridade já atingem quase 100% dos alunos nas idades que correspondem às séries iniciais do primeiro grau, mas a cultura da repetência tem sido um forte

A "cultura da repetência" tem sido forte desestímulo à permanência na escola

desestímulo à permanência do aluno na escola, resultado, não apenas no aumento da evasão, mas também no desperdício de recursos públicos.

Considerando-se que, em 1993, a soma das taxas de evasão e repetência nas escolas estaduais paulistas de primeiro grau foi 19,8% e que o gasto anual por aluno foi de US\$ 309,12, pode-se estimar que foram desperdiçados naquele ano US\$ 390,4 milhões, valor equivalente a quase 20% dos gastos do Estado com educação. Tais recursos seriam suficientes para aumentar os salários do magistério em pelo menos 28,1%. Como o custo/aluno/ano nas escolas da rede foi de US\$ 239,82, cerca de 23% dos recursos para educação se perderam nos meandros da administração. Esse é o preço da ineficiência!

A racionalização do fluxo escolar, com a criação de um novo sistema de avaliação de desempenho educacional, pode dirigir os esforços da escola

para a melhoria da qualidade, liberando recursos para um efetivo programa de capacitação do magistério e reforço da aprendizagem escolar.

Ao mesmo tempo, permite que o aluno tenha estímulos para permanecer na escola de forma mais produtiva, aumentando o número de séries efetivamente concluídas e jogando maior número de jovens no segundo grau. Este ponto merece destaque especial.

Na atual conjuntura da economia mundial, marcada pela globalização e pela revolução na tecnologia e nos métodos de gerenciamento da produção, os conteúdos transmitidos no segundo grau são pré-requisitos imprescindíveis para um adequado exercício profissional, num ambiente em que a flexibilidade e a criatividade devem se sobrepor ao trabalho estático e repetitivo característico do fordismo. As parcerias com as empresas, por meio de cursos técnicos dirigidos para a profissionalização, coroam esse processo de êxito, garantindo maior sintonia no fluxo escola-trabalho.

A revolução na educação dos chamados tigres asiáticos foi condição *sine qua non* para que esses países se retirassem do subdesenvolvimento em que estavam mergulhados nos anos 60 e galgassem a modernidade e a inserção na economia mundial nos anos 80 e 90. Para tal foram necessários investimentos em educação e conhecimento científico e tecnológico da ordem de 10% do PIB durante mais de 20 anos.

Os gastos públicos com educação

no Brasil, nas três esferas de governo (União, Estados e municípios), atingiram 4,3% do PIB em 1990. A média dos países da OCDE foi de 6,1%, num contexto em que o PIB per capita era sensivelmente maior. Dentre os países latino-americanos, o Brasil só apresentava taxas de alfabetização superiores às de El Salvador e da Nicarágua no início dos anos 90. Em termos de anos médios de escolaridade, ocupávamos, juntamente com Honduras, a segunda pior posição, só estando melhor que o Haiti. Por todos esses motivos, o acesso de todos a uma maior escolaridade e à melhoria da qualidade do ensino são questões, não apenas de cidadania, mas também de competitividade.

Embora os dados sobre desempenho do sistema escolar em São Paulo evidenciem uma situação mais favorável que a média nacional, eles não estão totalmente desvinculados da realidade brasileira. Urge, nesse sentido, promover uma revolução nos processos de gerenciamento da escola, tendo em vista aumentar a cobertura e a eficiência do ensino.

As administrações passadas tentaram envidar esforços nesse sentido, como demonstrou o programa de escola padrão, criado em 1991. As escolas escolhidas para o programa passariam a contar com reformas, equipamentos e maiores salários para os professores, criando-se novos conteúdos curriculares que aproveitassem a estrutura implantada. Por questões estruturais, as escolas inicialmente incluídas foram as melhores e mais bem situadas.

Os resultados desses esforços, no entanto, foram pouco alentadores. Dados de 1993 mostram que a soma das

taxas de evasão e repetência no primeiro grau foram de 19,6% nas escolas padrão e de 20,6% nas escolas não-padrão — a evasão nas primeiras foi maior do que nas demais escolas. Considerando-se que o custo/aluno da escola padrão é 92,86% maior que o das escolas não-padrão sem jornada única, verifica-se que o programa teve um desempenho abaixo dos padrões, especialmente no que se refere à sua relação custo/benefício.

Tal evidência não deve levar à conclusão de que o programa mereça ser abandonado, mas, sim, reformulado em duplo sentido: o da eficiência e o da equidade. Tornar a escola padrão mais eficiente significa comprometê-la de forma definitiva com a aprovação e com a qualidade do ensino, submetendo-a sistematicamente a uma avaliação externa que possa medir, não apenas o desempenho dos alunos, mas também o dos professores.

Aumentar a equidade no ensino, a partir do programa de escola padrão, se traduz em dar prioridade à sua extensão às escolas que se situam nas regiões carentes, seja na Grande São Paulo, seja no Interior. Essas escolas constituem um desafio tanto para os professores como para a sociedade brasileira. Somente superando os problemas de aprendizagem e retenção entre os alunos que as frequentam é possível contribuir para resolver nossa elevada concentração de renda, que, além de se traduzir em ausência de cidadania, está na raiz de nossa baixa competitividade.

■ Rose Neubauer é secretária de Educação do Estado de São Paulo; André Medici é dirigente da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional da Secretaria